

## A Mulher no Mercado de Trabalho Brasileiro

**Autoria:** Marcia Carvalho de Azevedo

### Resumo

A inserção da mulher no mercado de trabalho tem sido objeto de diversas pesquisas. Em geral os resultados obtidos apontam para um aumento contínuo da participação das mulheres na força de trabalho, com uma melhoria na qualidade do emprego feminino. No entanto, os dados levantados indicam a persistência de um perfil particular na composição da mão-de-obra feminina que a distingue da mão-de-obra masculina (Hirata, 2002; Oliveira et al., 2000). Apesar das mudanças nos últimos anos, em geral as mulheres ainda têm ocupado cargos em nível mais baixo na hierarquia das organizações e com salários em média menores. O presente trabalho tem como objetivo discutir se a tendência das transformações dos últimos anos é levar a uma real equidade entre homens e mulheres no que se refere às oportunidades e à participação no mercado de trabalho, ou se, desigualdades estruturais na sociedade, impedem que apesar das mudanças quantitativas, essa equidade seja de fato alcançada.

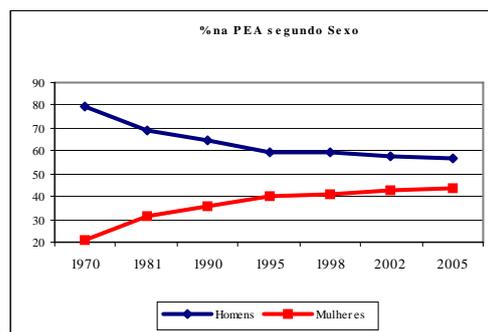
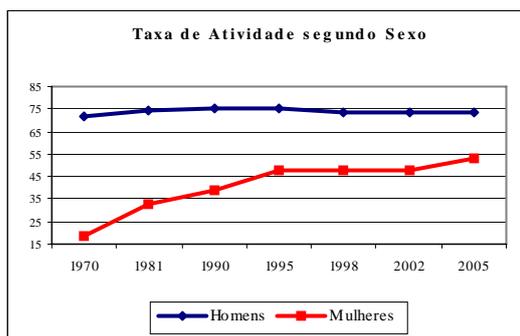
### Participação feminina no mercado de trabalho

Os dados sobre a participação da mulher no mercado de trabalho indicam uma realidade dinâmica. A presença da mulher no mercado de trabalho brasileiro não é um fenômeno recente, mas é crescente. Os dados referentes à mão-de-obra masculina indicam um cenário de estabilidade no que se refere à taxa de atividade (percentual de ativos em relação aos que estão em idade ativa, ou seja, têm mais de 10 anos), com um ligeiro declínio a partir de 1995. Para a participação feminina entre os anos de 1993 e 1998 o resultado é bastante semelhante, com a taxa de atividade feminina ficando praticamente estável. No entanto, as mulheres, no resultado de 2005, conseguiram um aumento na taxa de atividade, o que não foi acompanhado pelos homens. Como resultado sua porcentagem na População Economicamente Ativa (PEA) aumentou atingindo um recorde histórico de 43,5%. Entre a década de 1970 e 1980 o crescimento da participação feminina foi acelerado, com um aumento de mais de 50% na porcentagem de mulheres na PEA. A partir desse período a participação feminina continuou crescendo, mas a um ritmo mais lento (Tabela 1).

Tabela 1 - Participação masculina e feminina no mercado de trabalho - Brasil

	PEA (milhões)		Taxa de atividade (%)		Porcentagem na PEA	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1970	23,4	6,2	71,8	18,5	79,1	20,9
1981	32,6	14,8	74,6	32,9	68,7	31,3
1990	41,6	22,9	75,3	39,2	64,5	35,5
1995	44,2	30,1	75,3	48,1	59,6	40,4
1998	45,6	31,3	73,6	47,6	59,3	40,7
2002	49,5	36,5	73,2	47,5	57,5	42,5
2005	54,3	41,7	73,6	52,9	56,5	43,5

Fonte: Fundação Carlos Chagas, 2006; IBGE, 2006



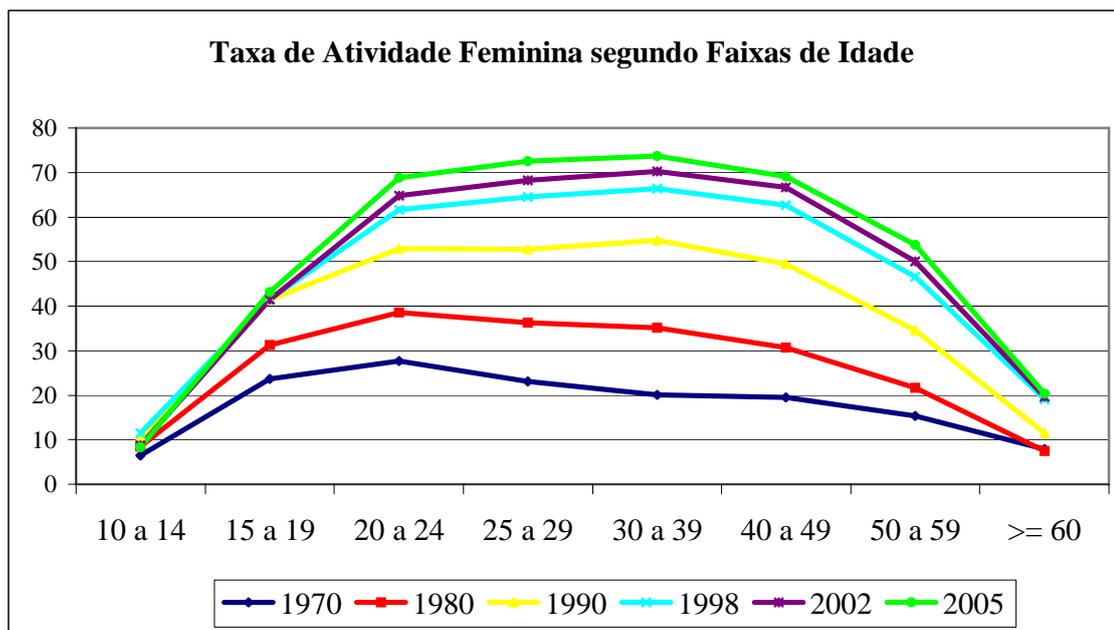
Apesar das significativas mudanças que ocorreram nos últimos 35 anos, os resultados indicam que ainda existem grandes diferenças na participação de ambos os sexos no mercado de trabalho. Em 2005 a taxa de atividade masculina ainda era 40% maior do que a feminina – 73,6% a 52,9%. Os números mostram também que temos uma mudança, ainda em curso, no sentido de uma participação no mercado de trabalho mais igualitária. No entanto, o ritmo dessa mudança nos últimos anos foi menos intenso, sugerindo talvez a proximidade do momento de estabilidade quanto à intensidade da participação feminina no mercado de trabalho.

Um ponto a ser investigado é o perfil da força de trabalho feminina. Até a década de 1970 as mulheres que participavam de atividades remuneradas eram em sua maioria jovens, solteiras e sem filhos. Nos últimos anos esse padrão tem se alterado, com uma maior inserção de mulheres mais velhas, casadas e com filhos (Bruschini e Lombardi, 2001/02). A taxa de atividade feminina aumentou em todas as faixas etárias com exceção de 2005 que registra uma redução entre os 10 e 14 anos. Houve também uma mudança no pico de participação das mulheres, até a década de 1980 o maior índice de atividade era dos 20 aos 24 anos, a partir da década de 1990 o pico é atingido na faixa etária dos 30 aos 39 anos (Tabela 2). Para cada ano, as maiores taxas de atividade por idade estão com os números em negrito.

Tabela 2 - Taxas de atividade feminina segundo faixas de idade - Brasil

Idade	1970	1980	1990	1998	2002	2005
10 a 14	6,5	8,4	10,6	11,4	8,7	8,3
15 a 19	23,6	31,3	41,4	41,6	41,4	43,1
20 a 24	<b>27,7</b>	<b>38,5</b>	52,9	61,6	64,8	68,8
25 a 29	23,1	36,3	52,7	64,5	68,3	72,6
30 a 39	20,1	35,1	<b>54,7</b>	<b>66,4</b>	<b>70,3</b>	<b>73,7</b>
40 a 49	19,5	30,7	49,5	62,6	66,7	69,1
50 a 59	15,4	21,7	34,5	46,6	50,1	53,8
>= 60	7,9	7,5	11,5	19,1	19,7	20,3
Total	18,5	26,6	39,2	47,5	50,3	52,9

Fonte: Fundação Carlos Chagas, 2006; IBGE, 2006



A taxa de atividade entre as mulheres que tiveram filhos nos ajuda a entender qual o impacto da maternidade sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho (Tabela 3). A existência de filhos pequenos de fato acarreta em uma menor participação feminina, entretanto esta influência não é muito acentuada (a diferença é maior apenas até a idade de 2 anos do último filho vivo). Este resultado está de acordo com a participação feminina por faixa etária, que se mantém acima de 65% dos 20 aos 50 anos (Tabela 2), que é a idade em que se concentram os anos dedicados ao nascimento e criação de filhos. O impacto de filhos na taxa de participação desaparece quando o último filho vivo atinge a idade de 5 anos. A taxa de atividade cai significativamente quando o último filho vivo tem 14 anos ou mais. A razão dessa queda deve ser investigada, provavelmente a faixa etária dessas mulheres é maior, o que acarretaria um maior contingente de mulheres que já se aposentaram. Outra explicação possível, é que as mulheres que tem o último filho vivo com mais de 14 anos pertençam a um estrato populacional que sempre teve uma menor participação no mercado de trabalho.

Tabela 3 - Taxa de atividade das mulheres que tiveram filhos, segundo faixa etária do último filho vivo – Brasil

Idade do último filho vivo	Taxa de atividade %	
	1998	2002
Até 2	47,1	51,9
2 a 4	57,9	64,1
4 a 5	61,8	66,9
5 a 6	65,0	68,3
6 a 7	63,7	67,7
7 a 14	65,2	69,1
> 14	40,1	42,8
Total	48,3	54,0

Fonte: Fundação Carlos Chagas, 2006

### Perfil educacional da mulher brasileira

Uma real equidade na participação da mulher no mercado de trabalho deve ter reflexos não apenas em aspectos quantitativos, como a taxa de atividade e a participação na PEA, mas também em fatores qualitativos relacionados ao emprego feminino. Tradicionalmente a

participação feminina tem se dado de forma mais precária, muitas vezes em atividades informais, de tempo parcial e não protegidas pela legislação. Apesar desse cenário negativo, alguns trabalhos têm identificado um aumento da presença feminina em empregos de melhor qualidade, com uma remuneração mais elevada e, em diversos casos, com exercício de funções de chefia e direção. Essa evolução tem sido identificada em particular entre mulheres mais escolarizadas (Bruschini e Lombardi, 2001/02). Deve-se, portanto, investigar as mudanças recentes em termos de escolaridade da mão-de-obra e do perfil do emprego feminino. O tipo de vínculo empregatício, os rendimentos e os setores de atividades ocupados são de particular interesse para estudar aspectos qualitativos da inserção feminina no mercado de trabalho.

O nível educacional da população brasileira tem crescido continuamente ao longo dos últimos anos (Tabela 4). Esse aumento tem ocorrido de forma diferenciada nos grupos masculino e feminino. Tradicionalmente no Brasil os homens tiveram mais acesso que as mulheres à educação formal. Esse cenário mudou e já há alguns anos as mulheres têm um nível de escolaridade maior do que os homens (Tabela 5).

Tabela 4 - Média de anos de estudo das pessoas com 10 anos ou mais de idade - Brasil

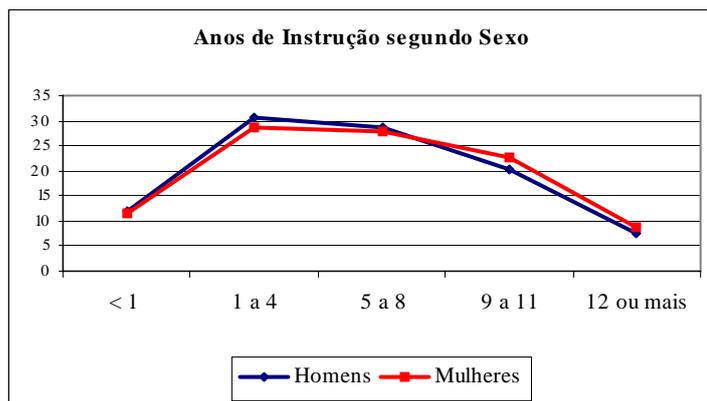
Ano	Anos de estudo
1991	4,7
1995	5,2
2000	5,8
2002	6,2
2004	6,6

Fonte: IBGE, 2006

Tabela 5 - Escolaridade das pessoas de 10 anos e mais e parcela feminina por nível de instrução - Brasil

Anos de instrução	1999		2002		2004	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
< 1	13,6	13,2	12,0	11,7	11,4	11,2
1 a 4	34,4	32,1	30,6	28,5	28,7	26,5
5 a 8	28,4	27,6	28,7	27,8	28,3	27,0
9 a 11	16,4	19,1	20,4	22,5	22,7	24,9
12 ou mais	6,8	7,5	7,7	8,9	8,3	9,8
Sem informação	0,5	0,5	0,6	0,6	0,5	0,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação Carlos Chagas, 2006



O perfil da PEA e das pessoas inseridas no mercado formal também indicam um maior nível de escolaridade por parte do grupo feminino (Tabela 6 e 7). Entre os empregos no setor formal, os dados de 2002 mostram que mais da metade dos funcionários de nível superior era do sexo feminino (55,0%), sendo que a participação média das mulheres era de apenas 39,8% no total dos empregos (Tabela 7).

A taxa de atividade feminina aumenta com a escolaridade, atingindo um pico de 82,6% dentro do grupo com nível superior (Tabela 6). O aumento da escolaridade das mulheres diminui a diferença entre a taxa de atividade dos dois sexos. Na faixa de menos de um ano de instrução a taxa de atividade masculina é praticamente 100% maior do que a feminina, com 33,3 pontos percentuais a mais. Na faixa de 15 anos ou mais de instrução a diferença entre os grupos é de apenas 7,2 pontos percentuais, que neste patamar de participação feminina (82,6%) representa pouco mais de 8% (Tabela 6). A população de mulheres com alto nível de instrução, além de conseguir uma maior inserção no mercado de trabalho, tem um perfil de emprego de mais qualidade no que se refere ao tipo de vínculo empregatício e ao salário.

A taxa de atividade feminina é influenciada diretamente pelo nível de instrução, já entre os homens, o impacto da educação sobre a taxa de atividade, é muito menor. A educação feminina é, portanto, um importante instrumento de equalização da participação das mulheres no mercado de trabalho. A possibilidade de uma remuneração melhor em função de uma maior escolaridade parece ser um fator determinante para uma maior taxa de atividade feminina entre as mulheres mais instruídas.

Tabela 6 - Escolaridade feminina e masculina na População Economicamente Ativa - Brasil

Anos de instrução	Distribuição (%)						Taxa de atividade (%)					
	1993		1998		2002		1993		1998		2002	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
< 1	17,0	14,4	14,1	10,6	11,4	8,5	74,4	40,2	72,4	36,6	69,8	36,5
1 a 3	20,0	17,4	17,3	14,1	14,1	11,1	65,8	38,5	63,2	36,7	62,4	37,3
4 a 7	34,1	32,0	32,8	29,6	30,8	26,7	75,5	43,4	70,1	41,8	67,1	41,6
8 a 10	12,7	13,0	15,3	16,1	16,9	16,7	84,0	51,4	80,0	52,1	78,6	53,5
11 a 14	11,6	16,9	14,9	21,7	20,5	27,9	89,5	68,2	86,5	69,6	88,2	71,2
15 ou mais	4,5	6,0	5,3	7,5	5,8	8,6	91,3	81,4	90,2	81,0	89,8	82,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	76,0	47,0	71,2	47,5	73,2	50,3
Milhões	42,9	28,0	45,6	31,3	49,5	36,5	-	-	-	-	-	-

Fonte: Fundação Carlos Chagas, 2006

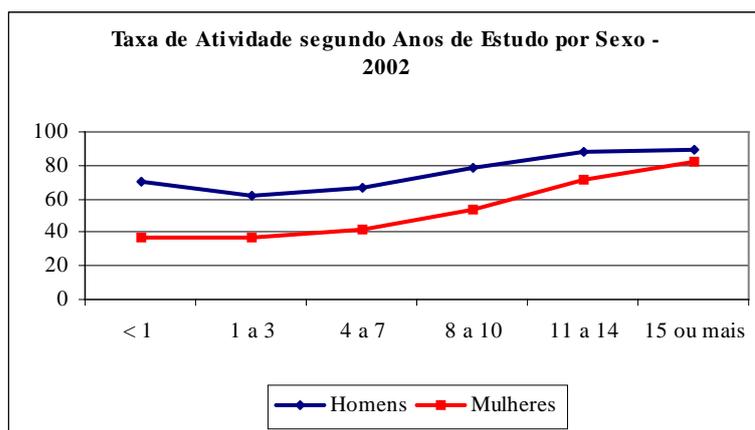
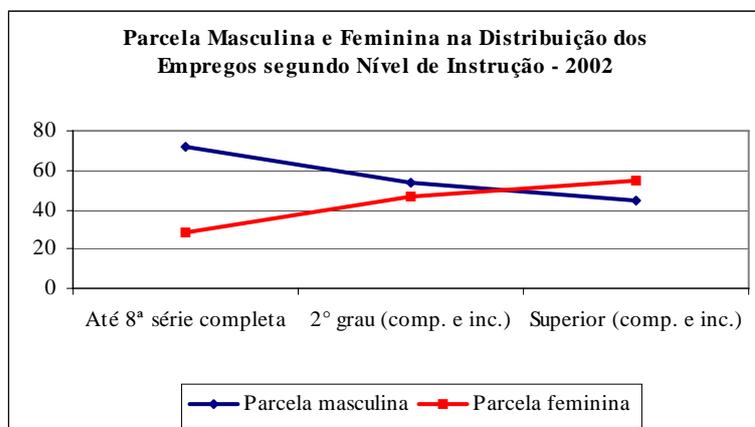


Tabela 7 - Distribuição de empregos e % de empregos femininos no setor formal, segundo nível de instrução - Brasil

Anos de instrução	1988		1998		2002		% da Parcela feminina		
	H	M	H	M	H	M	1988	1998	2002
Até 8ª série completa	70,3	49,2	64,5	41,1	54,4	33,0	26,4	28,4	28,6
2º grau (comp. e inc.)	18,2	32,2	23,9	37,8	32,9	43,8	47,6	49,7	46,7
Superior (comp. e inc.)	9,9	16,9	11,7	21,1	12,4	23,2	46,6	52,9	55,0
Ignorado	1,8	1,7	0,1	0,1	0,0	0,0	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	33,9	38,4	39,8

Fonte: Fundação Carlos Chagas, 2006



Apesar do crescente número de mulheres no ensino superior, sua presença é bastante heterogênea nas diferentes áreas do conhecimento. A presença feminina concentra-se especialmente em educação, humanidades e artes, saúde e bem estar social e serviços. Sua participação é bem mais tímida na engenharia, produção e construção (Tabela 8). Esta forma de distribuição tem implicações no tipo de emprego e de carreira que os concluintes têm acesso. Tradicionalmente os melhores empregos concentram-se nas áreas de engenharia, dentro da qual a participação feminina ainda é bastante pequena. De qualquer forma, a entrada das mulheres em algumas profissões que eram tradicionalmente masculinas (como a medicina, por exemplo) tem sido apontada como causa para a perda de prestígio dessas ocupações (Bruschini e Lombardi, 2001/02). Deve-se ressaltar que as únicas áreas onde as mulheres não são a maioria dos formandos são: engenharia, produção e construção (30,8%), agricultura e veterinária (42,1%) e ciências, matemática e computação (42,6%). Em todas as outras sua participação supera os 50%.

Na educação superior já existe um predomínio feminino há alguns anos, em 2002, 62,9% dos concluintes do ensino superior foram mulheres. Essa diferença em favor das mulheres ainda está aumentando, pois em 1990 a parcela feminina entre os concluintes do ensino superior foi de 59,7% (Tabela 8).

Tabela 8 - Parcela feminina entre os concluintes do ensino superior - Brasil

Áreas do conhecimento	1990	1997	2002
Educação	90,0	91,7	81,7
Humanidades e artes	78,2	76,5	69,0
Ciências sociais, negócios e direito	50,6	55,3	54,6
Ciências, matemática e computação	59,1	56,9	42,6
Engenharia, produção e construção	20,8	29,8	30,8
Agricultura e veterinária	26,3	37,2	42,1
Saúde e bem estar social	65,1	69,7	72,3
Serviços	82,7	77,5	70,6
<b>Brasil</b>	<b>59,7</b>	<b>61,4</b>	<b>62,9</b>

Fonte: Fundação Carlos Chagas, 2006

### Perfil do emprego feminino

De uma maneira geral, o tipo de emprego ocupado pelas mulheres caracteriza-se em grande parte como precário. Este tipo de inserção tem diminuído nos últimos anos, mas não de forma acentuada, ele ainda corresponde a 1/3 do emprego feminino e a menos de 1/10 do emprego masculino (Tabela 9). Grande parte das posições precárias concentra-se em trabalhos domésticos que correspondem a 17,4% do emprego feminino (Tabela 10). O percentual de mulheres que são trabalhadoras domésticas não tem diminuído nos últimos anos, ele teve até um pequeno acréscimo de 0,8 ponto percentual entre 1993 e 2002.

As mulheres têm aumentado a sua participação no mercado formal de trabalho de forma lenta, mas a parcela feminina já corresponde a quase 40% dos empregos formais (Tabela 11). Esse valor está bem próximo da participação feminina na PEA que era de 43,1% em 2002 (Tabela 1).

As trabalhadoras domésticas em sua maioria não estão no mercado formal de trabalho, não sendo assim protegidas pela legislação trabalhista. Uma outra característica deste tipo de trabalho são os baixos salários. Deve-se notar inclusive que a remuneração da trabalhadora doméstica em número de salários mínimos atingiu em 2002 seu menor valor nos últimos 9 anos (Tabela 10). Esse fato provavelmente é decorrência do recente aumento do poder de compra do salário mínimo e da diminuição da renda da classe média, que é a parcela da população brasileira que é a principal empregadora desse tipo de serviço.

Tabela 9 - Distribuição de homens e mulheres em posições precárias - Brasil

	1993	1998	2002
Total de homens em posições precárias	11,2	10,1	8,8
Total de mulheres em posições precárias	40,0	36,4	34,2

Fonte: Fundação Carlos Chagas, 2006

Tabela 10 - Situação da trabalhadora doméstica - Brasil

	1993	1998	2002
Trabalhadoras domésticas	16,6	16,9	17,4
não possuem carteira de trabalho	83,9	76,4	75,2

ganham até 2 salários mínimos (SM)	96,5	88,5	93,8
------------------------------------	------	------	------

Fonte: Fundação Carlos Chagas, 2006

Tabela 11 - Parcela feminina dentre os empregos formais - Brasil

Anos	Vínculos formais (milhões)	Parcela feminina (milhões)	Parcela feminina em %
1985	20,4	6,6	32,4
1988	23,3	7,9	33,9
1992	22,3	8,0	35,9
1995	23,6	8,8	37,3
1998	24,5	9,4	38,4
2002	28,7	11,4	39,7

Fonte: Fundação Carlos Chagas, 2006

Quanto à remuneração, os dados apontam claramente para um domínio masculino nas classes de rendimentos superiores. A maioria das mulheres que trabalham ganha até um salário mínimo. Os dados de 2004 apontam para uma queda do nível de renda do trabalhador brasileiro de uma forma geral. Quanto à classe de renda mais alta (mais de 5 salários mínimos), o resultado feminino foi ligeiramente melhor que o masculino, os dois grupos perderam rendimentos, mas a perda das mulheres foi um pouco menor do que a dos homens. No ano de 2004, dentro do grupo masculino a participação da faixa de renda superior a 5 salários mínimos diminuiu de 20,3% para 12,6%, o que corresponde a uma queda de aproximadamente 35%. Já no grupo feminino a queda foi de 2,8 pontos percentuais o que é uma perda de apenas 28% (Tabela 12). Esse resultado é bastante interessante, pois indica que nesse caso contrariamente às expectativas, em uma situação de perda do poder aquisitivo, as perdas femininas foram menos acentuadas que as masculinas. Normalmente o salário das mulheres é percebido apenas como um complemento da renda familiar, em função disso, seus rendimentos tendem a ser mais afetados negativamente em situações de recessão econômica.

Tabela 12 - Distribuição dos ocupados por sexo e faixas de rendimento - Brasil

Rendimento (em salários mínimos)	1985		1995		2004	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Até 1 SM	23,1	41,0	19,0	28,2	24,5	32,9
De 1 a 2 SM	24,4	20,4	21,0	19,7	29,5	28,2
De 2 a 5 SM	25,5	15,5	28,1	18,5	25,3	15,7
Mais de 5 SM	16,6	7,4	20,3	10,1	12,6	7,3
Sem rendimento	10,3	15,5	10,3	22,7	8,0	16,0
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Milhões	36,7	18,5	41,9	27,8	48,4	34,9

Fonte: Fundação Carlos Chagas, 2006

Apesar do nível de escolaridade ser um fator extremamente importante para a inserção da mulher no mercado de trabalho (Tabela 6), seu impacto no rendimento feminino é menor. Mesmo dentro do grupo com nível superior ( $\geq 15$  anos de estudo) as diferenças salariais entre homens e mulheres são enormes. O percentual feminino com esse nível de escolaridade que ganha até 5 salários mínimos é quase o dobro do percentual masculino, 46,5% a 24,2% (Tabela 13). Já o percentual de homens com nível superior, que ganha mais de 10 salários mínimos, é mais que o dobro do percentual feminino, 42,0% a 18,5%.

Tabela 13 - Distribuição dos ocupados segundo anos de estudo e rendimento (em %) – Brasil, 2002

## Homens

Anos de estudo e rendimento	< 1 ano	1 a 3	4 a 7	8 a 10	11 a 14	>= 15	Total
Até 2 SM	77,9	66,1	57,1	50,8	31,1	4,7	51,4
Mais de 2 a 5 SM	8,2	15,9	26,9	32,8	39,3	19,5	26,1
Mais de 5 a 10 SM	1,0	2,0	4,1	7,1	17,7	28,4	8,2
Mais de 10 SM	0,3	0,5	1,2	2,0	7,4	42,0	4,9
Sem rendimentos	11,4	14,7	9,9	6,2	2,6	1,2	8,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

## Mulheres

Anos de estudo e rendimento	< 1 ano	1 a 3	4 a 7	8 a 10	11 a 14	>= 15	Total
Até 2 SM	54,5	61,3	68,5	72,6	54,4	10,6	57,8
Mais de 2 a 5 SM	2,2	3,6	7,6	14,2	30,8	35,9	16,7
Mais de 5 a 10 SM	0,1	0,3	0,7	1,5	7,1	30,2	5,2
Mais de 10 SM	-	0,0	0,1	0,4	1,8	18,5	2,3
Sem rendimentos	42,5	34,3	22,6	10,6	4,8	2,0	17,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação Carlos Chagas, 2006

A quantidade de horas de trabalho dos brasileiros não tem sofrido alterações significativas nos últimos anos. De qualquer maneira o número de horas semanais trabalhadas é significativamente maior para os homens quando comparado com as mulheres. Na faixa que indica trabalho em tempo parcial (até 39 horas) o percentual das mulheres é mais do que o dobro do que o dos homens. Em relação aos dados de 1990 houve um aumento nessa categoria tanto para homens quanto para mulheres, em pontos percentuais o aumento foi semelhante para ambos os sexos (em torno de 6), mas relativamente o aumento foi maior para os homens (Tabela 14). Isso pode indicar uma precarização do emprego para os trabalhadores de uma forma geral.

Tabela 14 - Distribuição dos ocupados por sexo e horas semanais de trabalho na ocupação principal – Brasil

Horas semanais trabalhadas	1990		1995		2002		2004	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Até 39 horas	13,9	38,7	18,0	46,9	19,4	44,7	18,4	42,4
40 a 48 horas	59,6	46,6	56,4	39,7	54,8	42,1	55,3	43,7
49 horas ou mais	26,5	14,6	25,4	13,3	25,7	13,2	26,2	13,9
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Milhões	40,0	22,1	41,8	27,7	45,9	32,3	49,2	35,3

Fonte: Fundação Carlos Chagas, 2006

A qualidade do emprego está relacionada com o tipo de ocupação exercida. As mudanças na distribuição dos ocupados têm sido pequenas nos últimos anos. Mesmo assim, houve um aumento do percentual de mulheres empregadas e uma diminuição do percentual de mulheres não remuneradas ou que trabalham para consumo próprio ou para o grupo familiar. Em relação aos homens houve uma diminuição do percentual de não remunerados. Essas mudanças, apesar de discretas, indicam uma melhoria na qualidade da ocupação feminina (Tabela 15).

Tabela 15 - Distribuição dos ocupados por sexo e posição na ocupação - Brasil

	1993		1995		1998		2002	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Empregados	58,6	42,7	57,4	41,9	57,3	45,8	59,4	47,0
Trabalhadores domésticos	0,7	16,6	0,8	17,2	0,8	16,9	0,9	17,4
Autônomos / contas próprias	25,4	15,8	26,5	16,6	27,4	16,1	26,5	16,2
Empregadores	4,9	1,5	5,3	1,9	5,2	2,1	5,4	2,7
Não remunerados	8,6	13,5	8,0	13,1	7,1	11,4	5,7	9,8
Consumo próprio ou para o grupo familiar	1,9	9,9	1,9	9,3	2,2	8,1	2,2	7,0
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Milhões	40,0	22,1	41,9	27,8	42,3	27,6	45,9	32,3

Fonte: Fundação Carlos Chagas, 2006

O grupo de ocupação que corresponde a 1/3 dos empregos masculinos é o de trabalhadores da produção de bens e serviços industriais e da reparação e manutenção. Já no caso da ocupação feminina, o maior contingente de mulheres (1/3) está na categoria de serviços. Esse padrão foi mantido entre os anos de 1998 e 2002. O setor industrial tradicionalmente tem um emprego com melhor qualidade que o setor de serviços, o índice de formalização é maior e os salários são maiores. Quanto às posições superiores na hierarquia das organizações (dirigentes, gerentes) houve um aumento pequeno para ambos os sexos, no entanto o aumento masculino foi de 1,2% e o feminino apenas de 0,5%. O padrão da distribuição dos ocupados tem se mantido uniforme não indicando nenhuma melhoria significativa na inserção da mulher no mercado de trabalho (Tabela 16).

Tabela 16 - Distribuição dos ocupados por sexo e grandes grupos de ocupação no trabalho principal - Brasil

Grupos de ocupação	1988		1998		2002	
	H	M	H	M	H	M
Dirigentes em geral	4,7	3,5	5,9	4,0	5,5	3,9
Profissionais das ciências e artes	4,5	7,9	4,3	8,3	4,2	8,6
Técnicos de nível médio	6,3	10,4	6,4	8,3	6,5	7,8
Trabalhadores de serviços administrativos	5,3	12,8	5,5	10,9	5,8	11,4
Vendedores e prestadores de serviços do comércio	8,6	10,8	8,4	11,2	8,4	11,6
Trabalhadores dos serviços	11,8	34,0	11,5	31,4	11,6	31,3
Trabalhadores agrícolas	22,1	10,1	23,3	16,5	24,3	16,0
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais e da reparação e manutenção	33,7	9,1	33,3	9,2	32,5	9,2
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	1,3	0,1	0,1	0,2	1,3	0,1
Ocupações mal especificadas	1,6	1,1	1,3	0,1	0,1	0,1
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Milhões	42,3	27,6	45,9	32,3	49,2	35,3

Fonte: Fundação Carlos Chagas, 2006

Uma análise do perfil dos empregos revela uma grande semelhança com os resultados dos grupos de ocupação. Novamente há uma predominância masculina nos empregos industriais e uma predominância feminina nos empregos relacionados ao comércio (Tabela 17). É interessante notar um predomínio feminino (76,5%) em empregos que necessitam de escolaridade (juristas, professores, escritores, jornalistas, artistas, atletas, e afins), deve-se salientar, no entanto, que muitas vezes essas posições são mal remuneradas (Tabela 18). Empregos de nível superior (químicos, físicos, engenheiros, técnicos, biólogos,

farmacêuticos, enfermeiros, psicólogos, economistas e afins) tem uma participação feminina relativa ligeiramente superior a masculina – 5,9% a 5,5%, as mulheres ocupam 41,3% dos empregos desse grupo (Tabelas 17 e 18).

Tabela 17 - Distribuição percentual dos empregos segundo grandes grupos de ocupações e sexo - Brasil

Grupos de ocupação	1988		1998		2002	
	H	M	H	M	H	M
Químicos, físicos, engenheiros, técnicos, biólogos, farmacêuticos, enfermeiros, psicólogos, economistas e afins	6,1	7,3	5,0	4,5	5,5	5,9
Juristas, prof., escritores, jornalistas, artistas, atletas, e afins	3,0	16,6	3,4	17,9	3,5	17,4
Membros do poder legislativo, executivo, judiciário, funcionários públicos superiores, diretores de empresas e afins	2,4	3,2	3,6	4,5	3,3	3,2
Trabalhadores de serviços administrativos e afins	17,7	29,7	17,5	30,5	17,2	31,0
Trabalhadores de comércio e afins	6,1	6,6	8,0	8,8	8,6	9,9
Trabalhadores de serviços turísticos, hospitalares, serventes, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e afins	9,6	12,0	14,2	20,0	14,7	19,0
Trabalhadores agrícolas	4,2	1,1	5,9	1,0	6,1	1,0
Trabalhadores nas indústrias metalúrgicas e siderúrgicas, madeira, papel e papelão, química, fiação, tecelagem, confecção, alimentos e bebidas, mestre e afins	7,1	7,4	6,6	5,3	6,7	5,3
Trabalhadores nas indústrias de calçados, móveis, usinagem de metais; eletricitistas, soldadores, vidreiros, ceramistas e afins	10,9	3,1	9,8	1,9	9,7	2,1
Trab. nas inds. de borracha e plástico, artes gráficas, construção civil; pintores, condutores de veículos de transporte e afins	24,3	6,0	21,7	5,1	21,2	5,1
Ignorado	8,6	7,0	4,3	0,6	3,4	0,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação Carlos Chagas, 2006

Tabela 18 - Parcela feminina nos empregos segundo grandes grupos de ocupações - Brasil

	1988	1998	2002
Químicos, físicos, engenheiros, técnicos, biólogos, farmacêuticos, enfermeiros, psicólogos, economistas e afins	38,1	36,0	41,3
Juristas, professores, escritores, jornalistas, artistas, atletas, e afins	73,7	76,5	76,5
Membros do poder legisl., execut., judic., func. pub. sup., diret. empr. e afins	40,2	44,0	39,3
Trabalhadores de serviços administrativos e afins	46,2	52,1	54,4
Trabalhadores de comércio e afins	35,6	40,5	43,2
Trabalhadores de serviços turísticos, hospitalares, serventes, higiene e embelezamento, segurança, auxiliar de saúde e afins	39,1	46,8	46,1
Trabalhadores agrícolas	12,2	9,3	9,9
Trabalhadores nas indústrias metalúrg. e siderúrgicas, madeira, papel e papelão, química, fiação, tecelagem, confecção, alimentos e bebidas, mestre e afins	34,8	33,3	34,3
Trabalhadores nas indústrias de calçados, móveis, usinagem de metais; eletricitistas, soldadores, vidreiros, ceramistas e afins	12,7	10,9	12,4
Trabalhadores nas indústrias de borracha e plástico, artes gráficas, construção civil; pintores, condutores de veículos de transporte e afins.	11,3	12,7	13,6
Total	33,9	38,4	39,8

Fonte: Fundação Carlos Chagas, 2006

### Trabalho doméstico

O trabalho doméstico é tradicionalmente considerado como trabalho improdutivo devido ao seu caráter não remunerado. Dessa forma ele torna-se invisível e normalmente não é considerado ao se estudar o mercado de trabalho. Apesar disso ele existe, é necessário e ocupa uma parcela considerável de tempo de forma a ser executado. No entanto, este tipo de

trabalho não é executado de forma uniforme pelos trabalhadores. O que podemos notar é uma clara divisão sexual do trabalho. Tradicionalmente as tarefas domésticas têm sido delegadas quase exclusivamente às mulheres. Dessa forma a esfera do trabalho doméstico e do trabalho considerado produtivo estão profundamente articuladas (Sorj, 2004).

A configuração do mercado de trabalho está baseada na divisão sexual do trabalho doméstico, divisão esta que pressupõe um “contrato sexual”. Podemos perceber a prevalência de um padrão subjetivo de contratos de casamento, nos quais os homens estão liberados das responsabilidades domésticas a partir de uma contrapartida feminina. São as esposas que se ocupam das necessidades diárias do grupo familiar. Dessa forma a entrada de homens e mulheres no mercado de trabalho se dá em posições qualitativamente diferentes. Diferentemente dos homens, as mulheres entram no mercado a partir de uma posição inferiorizada pelo trabalho doméstico, não estando assim livres como os homens para o trabalho contratado. Essa inserção diferenciada é um elemento central na determinação das chances de cada um no mercado, na carreira, nos postos de trabalho e nos salários.

O número de horas despendidas nos afazeres domésticos pelas mulheres é quase 200% maior do que o número despendido pelos homens (Tabela 19). Essa distribuição desigual do trabalho doméstico tem se mantido apesar das transformações na atividade profissional das mulheres. O crescimento substancial da atividade feminina nos últimos 30 anos levou a mudanças na divisão sexual do trabalho profissional, mas a execução e o gerenciamento do trabalho doméstico e familiar continuam a ser uma responsabilidade das mulheres (Hirata, 2004).

Tabela 19 - Número de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos por pessoas de 10 anos e mais, segundo o sexo – Brasil, 2002

Sexo	Média	Moda	Horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos (%)			
			Até 16 hs.	De 17 a 40 hs.	Mais de 40 hs.	Total
Homens	10,6	7	83,6	15,2	1,1	100,0
Mulheres	27,2	20	33,2	47,5	19,4	100,0

Fonte: Fundação Carlos Chagas, 2006

### Considerações finais

O processo de mudança no mercado de trabalho decorrente da entrada das mulheres ainda está em andamento. As transformações continuam ocorrendo, ainda que em um ritmo mais lento. As mulheres atualmente participam intensamente do processo produtivo do país com uma taxa de atividade de 52,9%. Mas essa inserção ainda é menor quando comparada à masculina. Em 2004, os homens ainda eram 56,5% da PEA, e as mulheres 43,5%.

O nível de escolaridade da população brasileira tem aumentado continuamente, e o aumento entre as mulheres tem ocorrido de forma mais acelerada do que entre os homens. O número de anos de estudo das mulheres já é superior ao dos homens e a tendência é que essa diferença aumente em favor das mulheres. O mercado de trabalho tem cada vez mais exigido educação formal de sua força de trabalho. Esse cenário aponta para a possibilidade de uma melhor inserção das mulheres no mundo do trabalho.

Apesar das mudanças positivas quanto à renda e ao tipo de trabalho realizado pelas mulheres, os números apontam para a existência de um longo caminho a ser percorrido. A população feminina ainda ganha menos, trabalha menos horas, tem um maior índice de informalidade e um maior percentual de empregos precários (Hirata, 2002).

O que vivenciamos na prática é uma hierarquia dos sexos que rege a organização das sociedades há muitos séculos. Essa hierarquização não só persiste, como não pode ser abolida rapidamente. Essa transformação deve ocorrer gradualmente, esse é um desafio que não pode ser resolvido de forma rápida e simples, especialmente porque a divisão sexual do trabalho se desdobra em transformações práticas e simbólicas. O trabalho doméstico é um bom exemplo dessa situação, pois apesar das mudanças na configuração do mercado de trabalho terem sido intensas, as mudanças na divisão sexual do trabalho doméstico têm sido insignificantes.

O trabalho doméstico é um aspecto estrutural que tem um impacto enorme na forma como ambos os sexos se inserem no mercado de trabalho. Enquanto a esfera doméstica não passar também por mudanças significativas, não podemos pensar numa participação igualitária no mercado de trabalho por parte de homens e mulheres. A persistência da desigualdade na distribuição do trabalho doméstico é um fator que limita o alcance de uma situação mais uniforme. Pois apesar de muitas mulheres exercerem funções iguais as masculinas, trabalhando o mesmo número de horas, elas continuam ganhar menos e ainda enfrentam uma sobrecarga injusta de trabalho devido às tarefas domésticas e familiares. Para que uma real equidade seja alcançada são necessárias mudanças em diversos níveis: na estrutura das sociedades, das organizações e das famílias. A responsabilidade por esse processo deve ser compartilhada por todas essas esferas, pois nenhuma delas conseguirá sozinha uma transformação sustentável.

### Referências Bibliográficas

Bruschini, Cristina; Lombardi, Maria Rosa. Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. **Cadernos Pagu**. Campinas, 17/18, 2001/02, p. 157-196.

Fundação Carlos Chagas. **Banco de dados sobre o trabalho das mulheres**. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/mulher/index.html>>. Acesso em: 13 jun. 2006.

Hirata, Helena. Trabalho doméstico: uma servidão “voluntária”? In: Godinho, Tatau; Silveira, Maria Lúcia (Orgs.) **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, 188 p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8).

Hirata, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

Instituto Brasileiro e Geografia e Estatística. **PNAD**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 13 out. 2006.

Oliveira, N. et al. Gênero e novas perspectivas de trabalho: um estudo junto a mulheres gerentes de atendimento no Banco do Brasil. Encontro Nacional da Anpad, 24., 2000, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Anpad, 2000. 1 CD-ROM. **Enanpad**, 2000.

Sorj, Bila. Trabalho, gênero e família: quais políticas sociais? In: Godinho, Tatau; Silveira, Maria Lúcia (Orgs.) **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, 188 p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8).

Sorj, Bila. **Perspectivas e críticas feministas sobre as reformas trabalhista e sindical.**  
Brasília: CFEMEA, FIG CIDA, 2006.